

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	13
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	64
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	65
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	67
--	----

Motivos de Reapresentação	68
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	2.746.829	2.717.004	2.203.575
1.01	Ativo Circulante	242.396	175.703	113.810
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.843	3.661	4.192
1.01.01.01	Caixas e bancos	4.843	3.661	4.192
1.01.02	Aplicações Financeiras	125.137	65.349	18.170
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	125.137	65.349	18.170
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	125.137	65.349	18.169
1.01.02.01.04	Conta reserva	0	0	1
1.01.03	Contas a Receber	96.891	79.335	70.522
1.01.03.01	Clientes	96.891	79.335	70.522
1.01.03.01.01	Contas a receber	6.506	6.105	5.848
1.01.03.01.02	Partes relacionadas	91.825	75.276	66.735
1.01.03.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	-1.440	-2.046	-2.061
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.242	12.833	10.054
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.242	12.833	10.054
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	3.242	12.833	10.054
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.870	5.247	5.167
1.01.07.01	Despesas antecipadas	6.870	5.247	5.167
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.413	9.278	5.705
1.01.08.03	Outros	5.413	9.278	5.705
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	686	4.551	978
1.02	Ativo Não Circulante	2.504.433	2.541.301	2.089.765
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	660.718	556.728	433.239
1.02.01.06	Tributos Diferidos	131.383	129.651	99.820
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	131.383	129.651	99.820
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	458.928	353.728	255.416
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	458.928	353.728	255.416
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	70.407	73.349	78.003

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	2.729	2.445	2.372
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	66.178	70.904	75.631
1.02.01.09.05	Outros créditos	1.500	0	0
1.02.03	Imobilizado	90.075	72.616	87.412
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	41.368	38.086	42.551
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	48.707	34.530	44.861
1.02.04	Intangível	1.753.640	1.911.957	1.569.114
1.02.04.01	Intangíveis	1.753.640	1.911.957	1.569.114
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.753.640	1.911.957	1.569.114

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	2.746.829	2.717.004	2.203.575
2.01	Passivo Circulante	1.434.515	736.536	440.758
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.981	12.700	8.232
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.981	12.700	8.232
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	10.981	12.700	8.232
2.01.02	Fornecedores	36.398	49.280	62.472
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.398	49.280	62.472
2.01.03	Obrigações Fiscais	67.974	61.043	43.895
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	60.281	54.075	38.264
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	18.463	19.071	0
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições parcelados	34.365	28.922	32.980
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições federais retidos	2.394	1.563	1.347
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a recolher	5.059	4.519	3.937
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	38	40	1
2.01.03.02.01	Outros impostos a recolher	38	40	1
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.655	6.928	5.630
2.01.03.03.02	ISS a recolher	7.655	6.928	5.630
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.244.390	353.979	225.654
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.936	67.866	79.347
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.936	67.866	79.347
2.01.04.02	Debêntures	1.197.454	286.113	146.307
2.01.05	Outras Obrigações	14.806	152.659	20.417
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.681	3.048	10.873
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	5.681	3.048	10.873
2.01.05.02	Outros	9.125	149.611	9.544
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	4.753	137.249	3.229
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	4.372	12.362	6.315
2.01.06	Provisões	59.966	106.875	80.088
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.966	106.875	80.088

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.01.06.01.06	Provisão de manutenção	59.966	106.875	80.088
2.02	Passivo Não Circulante	862.313	1.113.095	1.083.531
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	262.369	509.649	523.856
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	189.127	216.880	240.164
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	189.127	216.880	240.164
2.02.01.02	Debêntures	73.242	292.769	283.692
2.02.02	Outras Obrigações	392.492	361.118	328.267
2.02.02.02	Outros	392.492	361.118	328.267
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	374.562	361.045	328.110
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	17.930	73	157
2.02.03	Tributos Diferidos	206.827	189.331	166.375
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	206.827	189.331	166.375
2.02.04	Provisões	625	52.997	65.033
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	625	52.997	65.033
2.02.04.01.05	Provisão para contingências	625	2.524	726
2.02.04.01.06	Provisão de manutenção	0	50.473	64.307
2.03	Patrimônio Líquido	450.001	867.373	679.286
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750	218.750
2.03.04	Reservas de Lucros	203.251	620.623	460.536
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350	43.750
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	153.901	571.273	416.786

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.486.814	1.618.310	1.328.147
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-501.548	-779.558	-603.002
3.02.01	Custo de construção	-60.950	-333.065	-225.385
3.02.02	Provisão de manutenção	-11.398	-44.902	-25.460
3.02.03	Depreciação e amortização	-76.763	-65.394	-46.677
3.02.04	Custo da outorga	-180.517	-167.398	-160.192
3.02.05	Serviços	-80.610	-83.972	-67.828
3.02.06	Custo com pessoal	-52.118	-46.868	-43.190
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-13.266	-14.537	-13.691
3.02.08	Outros	-25.926	-23.422	-20.579
3.03	Resultado Bruto	985.266	838.752	725.145
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-87.841	-83.886	-66.867
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-88.777	-84.777	-67.018
3.04.02.01	Serviços	-48.087	-39.293	-34.352
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-19.757	-15.691	-12.214
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-2.474	-1.537	-1.650
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-2.065	-1.591	-1.384
3.04.02.05	Outros	-16.394	-26.665	-17.418
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.973	1.650	1.549
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.037	-759	-1.398
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	897.425	754.866	658.278
3.06	Resultado Financeiro	-147.500	-127.400	-144.540
3.06.01	Receitas Financeiras	13.254	28.846	96.675
3.06.02	Despesas Financeiras	-160.754	-156.246	-241.215
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	749.925	627.466	513.738
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-253.548	-217.129	-179.649
3.08.01	Corrente	-237.784	-224.004	-163.552
3.08.02	Diferido	-15.764	6.875	-16.097
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	496.377	410.337	334.089

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	496.377	410.337	334.089
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00284	0,00234	0,00191
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00284	0,00234	0,00191

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	496.377	410.337	334.089
4.03	Resultado Abrangente do Período	496.377	410.337	334.089

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	513.725	494.758	438.442
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	761.438	647.695	562.532
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	496.377	410.337	334.089
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.764	-6.875	16.097
6.01.01.03	Apropriação de despesa antecipadas	4.727	4.727	4.727
6.01.01.04	Depreciação e amortização	78.828	67.009	48.078
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	481	362	707
6.01.01.06	Baixa do ativo intangível	1.576	398	794
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprést.e financ.	99.284	93.797	67.458
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	40.267	31.647	1.939
6.01.01.09	Juros, multa e outros enc.s/imp.parcel.	0	24.800	162.267
6.01.01.10	Descontos obtidos s/ impostos parcelados	0	-17.856	-85.032
6.01.01.11	(Reversão) provisão devedores duvidosos	-606	-15	174
6.01.01.12	Provisão para contingências	2.204	2.389	430
6.01.01.13	Constituição da provisão de manutenção	11.399	44.902	25.460
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	17.756	29.402	15.947
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-6.619	-37.329	-30.603
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-247.713	-152.937	-124.090
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-401	-257	271
6.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	-16.549	-8.541	-16.260
6.01.02.03	Tributos a recuperar	9.591	-2.779	-1.594
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-3.123	-80	474
6.01.02.05	Despesas antecipadas outorga fixa	-105.201	-98.312	-90.927
6.01.02.06	Outras contas a receber	3.581	-3.646	-885
6.01.02.07	Fornecedores	-12.882	-13.192	34.245
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	-5.910	-117.749	2.075
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-1.719	2.085	178
6.01.02.10	Imp.e contrib.recolher e parcel.e prov. IR/CS	-19.819	11.493	-31.713
6.01.02.11	Liquidação de contingências	-4.103	-591	-368

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	25.492	134.020	386
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-126.537	-61.351	-10.792
6.01.02.14	Outras contas a pagar	9.867	5.963	-9.180
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-82.853	-246.180	-256.272
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-25.766	-22.678	-30.528
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-57.087	-223.502	-225.744
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-369.902	-201.929	-174.655
6.03.01	Resgates/aplicações (conta de reserva)	0	1	1.766
6.03.02	Distribuição de dividendos	0	0	-50.825
6.03.03	Dividendos antecipados	0	0	-139.925
6.03.04	Dividendos pagos	-913.749	-222.250	0
6.03.05	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl. - captações	970.583	296.735	265.581
6.03.06	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl.-pagamentos de principal	-332.610	-213.087	-175.095
6.03.07	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl-pagamento de juros	-94.126	-63.328	-76.157
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	60.970	46.649	7.515
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.010	22.361	14.846
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	129.980	69.010	22.361

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	620.623	0	0	867.373
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	620.623	0	0	867.373
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-571.273	-342.476	0	-913.749
5.04.06	Dividendos	0	0	-571.273	-342.476	0	-913.749
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	496.377	0	496.377
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	496.377	0	496.377
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	153.901	-153.901	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	153.901	-153.901	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	203.251	0	0	450.001

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	218.750	0	460.535	0	0	679.285
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	218.750	0	460.535	0	0	679.285
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.000	0	-131.800	-118.449	0	-222.249
5.04.01	Aumentos de Capital	28.000	0	-28.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-103.800	-118.449	0	-222.249
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	410.337	0	410.337
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	410.337	0	410.337
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	291.888	-291.888	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	291.888	-291.888	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	620.623	0	0	867.373

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	176.162	0	359.784	0	0	535.946
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	176.162	0	359.784	0	0	535.946
5.04	Transações de Capital com os Sócios	42.588	0	10.387	-243.725	0	-190.750
5.04.01	Aumentos de Capital	42.588	0	-42.588	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	52.975	-243.725	0	-190.750
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	334.089	0	334.089
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	334.089	0	334.089
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	90.364	-90.364	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	90.364	-90.364	0	0
5.07	Saldos Finais	218.750	0	460.535	0	0	679.285

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	1.604.580	1.723.790	1.405.073
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.583.786	1.703.970	1.388.600
7.01.02	Outras Receitas	20.794	19.820	16.473
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-256.043	-563.212	-403.501
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-117.546	-119.669	-99.912
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-66.148	-65.576	-52.744
7.02.04	Outros	-72.349	-377.967	-250.845
7.02.04.01	Custo de construção	-60.950	-333.065	-225.385
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-11.399	-44.902	-25.460
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.348.537	1.160.578	1.001.572
7.04	Retenções	-78.828	-67.010	-48.078
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-78.828	-67.010	-48.078
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.269.709	1.093.568	953.494
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.254	28.846	96.675
7.06.02	Receitas Financeiras	13.254	28.846	96.675
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.282.963	1.122.414	1.050.169
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.282.963	1.122.414	1.050.169
7.08.01	Pessoal	63.227	54.757	48.774
7.08.01.01	Remuneração Direta	43.934	37.738	32.870
7.08.01.02	Benefícios	15.449	13.395	12.666
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.381	2.193	2.082
7.08.01.04	Outros	1.463	1.431	1.156
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	383.385	333.110	265.491
7.08.02.01	Federais	306.411	263.835	219.491
7.08.02.02	Estaduais	159	98	103
7.08.02.03	Municipais	76.815	69.177	45.897
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	339.974	324.210	401.815
7.08.03.01	Juros	157.993	154.401	239.400
7.08.03.02	Aluguéis	1.464	2.411	2.223

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.03.03	Outras	180.517	167.398	160.192
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	496.377	410.337	334.089
7.08.04.02	Dividendos	342.476	118.449	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	153.901	291.888	334.089

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Discorre também, sobre o trabalho que a CCR AutoBAn vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

Neste exercício, a CCR AutoBAn continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco do usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto e da fluidez do tráfego do Sistema Anhangüera Bandeirantes.

A CCR AutoBAn, em 2011 atuou nas seguintes obras de importância para sua região de atuação:

- Revitalização do Pavimento da Rodovia dos Bandeirantes;
- Revitalização do Pavimento da Via Anhanguera;
- Revitalização do Pavimento da Rodovia Adalberto Panzan;
- Revitalização do Pavimento da Rodovia Dom Gabriel P. Bueno Couto.

Investimento em Obras

A CCR AutoBAn, desde o início da concessão, em maio de 1998, já investiu mais de R\$ 4,6 bilhões em obras nas rodovias Anhanguera e Bandeirantes, na melhoria constante dos serviços prestados, em educação, para preparar o motorista de amanhã, em saúde, com programas voltados para os motoristas de caminhão, em segurança, nas melhorias das rodovias, dentre outras ações.

Vidas Salvas

A CCR AutoBAn salva em média 44 vidas por ano: a média mensal de mortes foi reduzida em 32%. Em seus 13 anos de história, a CCR AutoBAn reduziu em 68,4% o índice de mortes no Sistema Anhanguera-Bandeirantes, que leva em conta a extensão das rodovias, o fluxo de veículos e número de dias do período, em 7% o índice de feridos e em cerca de 10,4% o índice de acidentes.

Centro de Controle Operacional

Em 2011, o Centro de Controle Operacional (CCO) registrou média mensal de 20,6 mil atendimentos, realizados pelos veículos de inspeção de tráfego (7,9 mil), pelos guinchos (10,2 mil), pelos resgates (1,4 mil), pela irrigadeira (670) e (420) atendimentos por outros veículos de apoio operacional (caminhão munck, caminhão de apreensão de animais e outros).

Atendimento Pré-Hospitalar

Atualmente, uma viatura de atendimento pré-hospitalar chega ao local do acidente em torno de 8 minutos, e o guincho, em 14 minutos (tempos em 85% dos casos).

Relatório da Administração

Cenário Econômico

Após passarem os efeitos da crise que abateu o cenário internacional no final de 2008 e em 2009, 2010 registrou forte retomada da Economia. Em 2011, a desaceleração econômica refletiu diretamente no crescimento do tráfego, com crescimento de apenas 1,89% nos eixos equivalentes da categoria comercial:

Mil

Eixos Equivalentes			
<i>Categoria</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>Variação</i>
Passeio	105.098	111.456	6,05%
Comercial	133.413	135.941	1,89%
Total	238.511	247.937	3,95%

Não houve atos Governamentais ou qualquer outro fator relevante que tenha afetado nosso desempenho.

- Especificamente em relação ao IGP-M, que afeta diretamente os reajustes das nossas tarifas, tivemos uma variação de 4,18% em 2010 e 9,77% em 2011.

Em dezembro de 2011, foi aprovado Termo Aditivo Modificativo que substituiu o índice de reajuste da tarifa de pedágio do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M – para o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

Para 2012, as expectativas atuais de mercado apontam para crescimento de 3,38% do PIB, IGP-M de 4,44%, IPCA de 4,95%, e taxa de câmbio de R\$ 1,80 para cada dólar americano.

A nossa estratégia tem sido:

Melhoria de Arrecadação. Trabalhar continuamente na melhoria de nossa base de arrecadação e no acompanhamento de mutações de tráfego, monitorando a utilização de rotas de fuga, e quando necessário, a negociação com as Prefeituras para inibir o tráfego predatório nas respectivas cidades e, avaliando inclusive a possibilidade de implantação de cabines de bloqueio e de delimitação e proibição de tráfego pesado no centro expandido do município. Também atuamos no apoio para atração de atividades que incrementem a economia local e que contribuam para a elevação do fluxo de veículos pelas nossas rodovias, como a implantação de Centros de Distribuição de grandes atacadistas.

Maximizar Eficiências Operacionais. Estamos maximizando a utilização do sistema eletrônico de cobrança de pedágio, por meio da implantação de novas tecnologias relacionadas à leitura de eixos, controles operacionais e sistemas de comunicação, além do constante aprimoramento das técnicas de atendimento aos usuários.

Explorar e Desenvolver Oportunidades. Exploramos e desenvolvemos oportunidades, tais como: (a) aluguel de dutos para fibras óticas para companhias de telecomunicações; (b) cobrança de ocupação de faixa de domínio de tubulações de óleos, gás, água e energia elétrica; (c) viabilização de implantação de empresas que utilizarão o Sistema Anhanguera-Bandeirantes para acessos comerciais, industriais ou particulares a suas instalações; (d) acompanhamento e monitoramento de cargas especiais; e) Controle e regularização de painéis (outdoors / totens) ao longo do Sistema Anhanguera-Bandeirantes (fora da faixa de domínio).

Relatório da Administração

Tais receitas complementares representam 1,3% de nossas receitas totais.

Riscos de Mercado

Risco de Taxa de Juros

A nossa exposição a taxas de juros flutuantes está principalmente relacionada a variações de:

- IGP-M, relativa a empréstimos locais em Reais (parte das Debêntures);
- TJLP, relativa a empréstimos locais com o BNDES; e
- CDI, relativo a empréstimos locais em Reais (parte das Debêntures) e aplicações financeiras.

Resultados Operacionais

1. Desempenho Econômico-Financeiro

1.1 - Receitas

Quase a totalidade da nossa receita advém da cobrança de pedágios. As outras fontes de receita incluem publicidade, manutenção de vias de acesso a estabelecimentos comerciais e uso da faixa de domínio.

Os fatores que influenciam a nossa receita operacional são o volume e classes de veículos pedagiados e as tarifas de pedágio. No exercício de 2011, 98,7% de nossa receita adveio do pagamento das tarifas de pedágio e 1,3% resultaram de outras atividades.

Nossa receita operacional bruta aumentou R\$ 152,9 milhões em relação a 2010:

R\$ mil

	2010	2011	Crescimento
Receita de Pedágio	R\$ 1.370.905	R\$ 1.522.836	11,08%
Receita Acessória	R\$ 19.820	R\$ 20.794	4,91%

O número total de veículos pedagiados no Sistema Anhanguera-Bandeirantes aumentou de 143 milhões em 2010 para 150 milhões em 2011.

O reajuste das nossas tarifas é feito pela variação do IGP-M entre os meses de maio de cada ano e aplicados a partir do dia 1 de julho. Em 2011 a variação do IGP-M ocorrida naquele período foi de 9,77%, o que acarretou na atualização das tarifas de cada praça de pedágio (a partir de 2012 o reajuste das tarifas passa a ser feito pela variação do IPCA).

1.2 – Deduções da Receita Bruta.

Os tributos incidentes sobre a nossa receita são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as nossas receitas.

Relatório da Administração

Em 2011, foram recolhidos aos cofres dos municípios de Cordeirópolis, Franco da Rocha, Jundiaí, Nova Odessa, Campinas, Itupeva, Caieiras, Americana, Osasco, Sumaré, Santa Bárbara D'Oeste, Hortolândia, Louveira, Valinhos, Vinhedo, Cajamar, Limeira e São Paulo o montante de R\$ 76 milhões, relativos ao ISS sobre receitas de pedágio e receitas acessórias.

1.3 - Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados é composto por:

- depreciação e amortização, que são computados com base na vida útil dos investimentos nas rodovias, limitados ao prazo da concessão;
- custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia, classificados como “intangível”;
- provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão;
- custos da outorga pagos ao Poder Concedente, cujo montante em 2011 foi de R\$ 180 milhões, que incluem tanto valores fixos como valores variáveis, sendo os variáveis equivalentes a 3% da receita bruta mensal, excluídas as receitas financeiras; e
- outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

1.4 - Despesas Administrativas

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

1.5 - Juros e Outras Despesas Financeiras

Os juros consistem primordialmente nos juros decorrentes do nosso endividamento que são contratados em regime de taxas flutuantes e variam em função do nível de endividamento e/ou das taxas de juros.

A tabela a seguir indica as taxas de juros incidentes sobre nossas dívidas:

<i>Tipo</i>	<i>Dívida</i>	<i>Taxa</i>
CDI	Debêntures	106,50%
CDI	Notas Promissórias	106,50%
CDI	Debêntures	108%
IGPM	Debêntures	IGP-M + 10,65%
TJLP	BNDES	TJLP + 5%
CDI	Debêntures	103,30%
CDI	Notas Promissórias	105,50%

Relatório da Administração

1.6 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras são geralmente compostas por receitas auferidas a partir dos investimentos financeiros, geralmente em CDI, que realizamos com os nossos saldos de caixa, e, assim, variam em função do volume de recursos aplicados e/ou das taxas de juros.

1.7 - Investimentos

Os investimentos acumulados até 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$ 2.383 milhões, tendo sido realizadas em 2011 diversas obras e melhorias, sendo destacadas:

- Revitalização do Pavimento da Rodovia dos Bandeirantes;
- Revitalização do Pavimento da Via Anhanguera;
- Revitalização do Pavimento da Rodovia Adalberto Panzan;
- Revitalização do Pavimento da Rodovia Dom Gabriel P. Bueno Couto.

1.8 – Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor de nossos financiamentos era de R\$ 1.506,8 milhões.

A tabela abaixo apresenta a porcentagem do nosso endividamento em dezembro de 2011:

<i>Dívida</i>	<i>% Endividamento</i>
BNDES	15%
Debêntures	21%
Notas Promissórias	64%

Os contratos de financiamento impõem restrições à distribuição de dividendos atrelados a índices que medem a qualidade de crédito da Companhia. Em 2011 todos esses índices foram atingidos. Além das restrições sobre a distribuição de dividendos, outras distribuições ou recompras de ações, os contratos impõem limitações para criação de direito real sobre ativos, captação de novas dívidas e realização de operações entre partes relacionadas em bases não equitativas. No Contrato de Concessão também havia restrições à distribuição de dividendos, atrelados à construção do prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes, obra concluída no ano 2000.

O pagamento de nosso endividamento frente ao BNDES é mensal, frente aos debenturistas é anual para as séries 1 e 2 e semestral para a série 3 e anual para as notas promissórias.

2. Pessoal

Em 31 de dezembro de 2010 e 2011, tínhamos respectivamente 1.259 e 1.307 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

<i>Categoria</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>
Administração	90	155
Operação	1.169	1.152
Total	1.259	1.307
Turn-Over	1,97	1,96

Relatório da Administração

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o período 2010/2011 foi de 5,5%. O salário normativo da categoria é de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Conferimos aos nossos Colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev PGBL, administrado pelo Unibanco AIG Previdência e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Os programas da CCR AutoBAN relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação.

3. Redução de Acidentes

Em 2011 foi registrado um índice que representa uma redução de 68,4% em relação ao período anterior à concessão.

Demonstrando sua preocupação com a preservação da vida, a CCR AutoBAN continua realizando ações para a superação desses índices dentre as quais destacamos:

- Programa de Educação para o Trânsito, onde cerca de 50 mil alunos da rede pública de 17 municípios situados ao longo do Sistema Anhanguera-Bandeirantes recebem as primeiras noções sobre trânsito e direção responsável.
- Programa de Redução de Acidentes – PRA, que é feito através da análise dos acidentes, verificando as incidências e estabelecendo ações para minimizar as ocorrências.

4. Atendimento ao Usuário

O SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário), com suas equipes e viaturas em atuação 24 horas por dia, atingiu 514 mil atendimentos, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários, assim distribuídos em 2011:

Relatório da Administração

Além dos atendimentos do SAU, em 2011 registramos mais de 12,3 mil ligações em nossa Ouvidoria e mais de 2,6 milhões de acessos em nosso site o que de modo geral representou em 2011 um atendimento a usuário a cada 6 segundos.

O sistema de monitoramento de tráfego, operado por meio de 83 câmeras de TV, interligadas por redes de fibras óticas ao CCO (Centro de Controle Operacional), cobrem 84% do nosso sistema rodoviário, o que, aliado ao 0800 (Disque CCR AutoBAN - 24 horas), ao sistema de telefonia de emergência (CallBox) instalado a cada quilômetro das rodovias do Sistema e com a efetiva atuação da inspeção de tráfego apoiada por sofisticados equipamentos de monitoramento, estações meteorológicas, painéis de mensagens variáveis e demais equipes e parceiros, permite acionar com maior rapidez os recursos da Concessionária, da Polícia Militar Rodoviária (PMRv), da CETESB, da Defesa Civil e dos Bombeiros contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente nas rodovias.

5. Política Ambiental

A CCR AutoBAN está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de acordo com os três níveis de governos: municipal, estadual e federal.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as administradoras de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, preparação, operação e ampliação de nossos estabelecimentos e/ou atividades que poluam ou que possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

A CCR AutoBAN tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento, quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

6. Responsabilidade Social

Estrada para a Saúde

Localizado no km 56 da Rodovia dos Bandeirantes, o programa é voltado aos usuários com predominância dos caminhoneiros e seu principal objetivo é promover melhor qualidade de vida a esses profissionais, detectando eventuais problemas de saúde e encaminhando-os para tratamento. Os participantes podem fazer, gratuitamente, testes de acuidade visual, de dosagem de glicose e colesterol no sangue, percentual de gordura, avaliação cardíaca e aptidão física. Além dos exames médicos, são feitas palestras sobre AIDS, DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e explicados conceitos de direção defensiva e atendimento em primeiros socorros, visando à segurança das pessoas. Além desses exames são oferecidos serviços de corte de cabelo, podologia e orientação psicológica aos caminhoneiros.

No mesmo local, e também oferecido gratuitamente, o projeto disponibiliza tratamento odontológico, incluindo serviços de prevenção, restauração, obturação dentária e limpeza, com aproximadamente 3.000 atendimentos por ano.

O programa Estrada para Saúde já atendeu cerca de 50.000 caminhoneiros desde o seu início, em junho de 2006.

Relatório da Administração

Estrada para a Cidadania

Em 2011 a Concessionária deu prosseguimento ao programa de educação para o trânsito – Estrada para a Cidadania, visando à preservação da vida e a redução de acidentes. O programa é aplicado em parceria com as prefeituras de 17 municípios situados na área de influência do Sistema Anhanguera-Bandeirantes.

Oferecendo aulas semanais e material didático aos alunos e aos educadores, o programa envolve atualmente 263 escolas, 1.700 professores e cerca de 55 mil alunos da rede pública dos 4^{os} e 5^{os} anos do Ensino Fundamental de escolas públicas dos municípios ao longo das rodovias.

Nas aulas são transmitidos valores básicos de respeito às leis de trânsito, preservação da vida, auto-estima, cidadania, preservação do meio ambiente, entre outros.

Os livros são interativos, proporcionando aos alunos, professores, pais e amigos observar as falhas cometidas no cotidiano, buscar soluções e refletir sobre as consequências de seus atos no trânsito e à própria vida.

Assim, a abrangência do programa contemplou indiretamente mais de 1,5 milhão de pessoas.

Atividades do **Programa Estrada para a Cidadania** dirigidas aos educadores:

- Encontro com todos os secretários de educação dos municípios pertencentes ao programa
- Evento de lançamento por Concessionária
- 4 oficinas pedagógicas (estudo do material) com a empresa consultora da CCR - Vanzella
- Oficina sobre o Meio Ambiente - Reciclagem
- Oficina sobre o Trânsito – Regras e Valores
- Workshop

Atividades do **Programa Estrada para a Cidadania** dirigidas às crianças:

- Teatro sobre o Meio Ambiente – Páginas de Aventura
- Teatro sobre os brinquedos – preservação do patrimônio – Os Brinquedos de Bebel
- Campanha Cidadania na Estrada: elaboração de cartas com mensagens aos motoristas, entregues nas praças e empresas
- Campanha Crianças Amigas da Estrada: blitz educativa
- Concurso Arte na Estrada
- Cinema 3D

Circo Roda

Com o objetivo de levar cultura a um público que nem sempre tem acesso a atrações de qualidade, o Circo Roda é um espetáculo diferente, genuinamente brasileiro, em que alguns dos melhores artistas circenses do país resgatam e modernizam a magia do circo, combinando números tradicionais com a arte da dança de rua.

Dirigido pelos grupos Parlapatões e Pia Fraus, o Circo Roda é um projeto itinerante que viaja pelos municípios levando cultura, arte e alegria. Desde 2007, 45 mil pessoas já se encantaram com o espetáculo.

Relatório da Administração

Em 2011, com o espetáculo "DNA Somos Todos Muito Iguais", o Circo Roda se apresentou em Limeira.

Cine Tela

Idealizado pelos cineastas Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi, o cinema itinerante apresenta uma das maiores taxas de ocupação do cinema nacional: 86%. São exibidas produções nacionais de qualidade na tenda itinerante, instalada em um caminhão equipado com material de última geração, ar condicionado, projeção cinemascope, som stereo surround e 225 lugares.

Desde 2004, o Cine Tela já beneficiou cerca de 150 mil crianças de escolas públicas de 26 municípios que circundam as rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Em 2011, o Cine Tela Brasil percorreu os municípios de Louveira, Franco da Rocha e Santa Bárbara D'Oeste.

Oficina Cine Tela - O projeto, que também faz parte do Cine Tela, possibilita que jovens da comunidade, a partir dos 15 anos, participem de uma oficina de cinema e produzam três curtas-metragens, que são exibidos no evento de encerramento, aberto ao público, com a presença de um cineasta convidado para comentar os trabalhos.

Voluntários da Vida

O objetivo do programa é contribuir com os hemocentros e bancos de sangue da região do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, no abastecimento de seus estoques, para beneficiar os pacientes da rede hospitalar pública que necessitem de transfusão de sangue. Além disso, orienta e incentiva os Colaboradores a serem doadores voluntários de sangue.

Nas 16 campanhas realizadas até dezembro de 2011, em média três por ano, em Jundiaí, Americana e Campinas, o Programa Voluntários da Vida reuniu mais de 1.900 doações. As bolsas de sangue, após os exames sorológicos, foram distribuídas aos hospitais públicos e filantrópicos de Jundiaí, Americana, Campinas e de toda região de abrangência do sistema. Cada bolsa beneficia diretamente até quatro pacientes que precisem de transfusão em casos de emergência.

Desde que foi lançado, o Programa já ajudou quase 8 mil pacientes. São parceiros na ação a Colsan Jundiaí, o Hemocentro de Americana (Fusame) e Hemocentro da Unicamp (Campinas).

7. Dividendos

Em 2011, em conformidade com as exigências contratuais com o Poder Concedente, com as instituições financeiras e com a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a CCR AutoBAN distribuiu dividendos em Maio e Novembro. O total dos dividendos distribuídos foi de R\$ 913.750.000,00 (Novecentos e treze milhões setecentos e cinquenta mil reais).

8. Reconhecimentos

- A Concessionária tem se destacado pela sua excelência na prestação de serviços, e por isso conquistou os seguintes prêmios:
 - Pelo 6º ano consecutivo a Rodovia dos Bandeirantes foi considerada a melhor Rodovia do País pelo Guia 4 Rodas;
 - Melhor Concessionária, conquistado pela 6ª vez (2002, 2004, 2008, 2009, 2010 e 2011), conferido pela NTC & Logística – Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística;

Relatório da Administração

- Campeã do setor Transporte e Logística pelo ranking das melhores empresas do Brasil, realizado pelo grupo Valor Econômico.

9. Instrução CVM 381/03

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

10. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

11. Agradecimentos

A CCR AutoBAn agradece a todos os nossos usuários, aos Acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo e a ARTESP, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Militar Rodoviária pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos Colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

A Administração.

Notas Explicativas**Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.****(Companhia aberta)****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***1 Contexto operacional**

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede esta localizado na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2026, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
 - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira. (a)
 - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124. (b)
 - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira. (b)
 - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira. (b)
 - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba. (a)
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. (a)
 - Recuperação do trevo do km 62. (a)

 - Na Rodovia dos Bandeirantes:
 - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira. (a)
 - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas. (b)
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20. (a)
- a) Obras concluídas.
- b) Obras divididas em trechos que estão sendo realizadas conforme previstas no contrato de concessão.

Notas Explicativas

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAN e outros, visando a declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Réus apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAN, na qual se defendia entre outros argumentos, a prescrição do direito de ação amparada nos termos do inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). A AutoBAN opôs Embargos de Declaração contra a decisão.

Em 03 de fevereiro de 2012, a AutoBAN foi citada para apresentar a contestação, na pendência de decisão dos Embargos de Declaração opostos pela Concessionária. A AutoBAN requereu, em 09 de fevereiro de 2012, a anulação da citação até o julgamento dos Embargos de Declaração, o que foi deferido em decisão proferida em 24 de fevereiro de 2012.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Notas Explicativas

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem demonstrados sobre esse conceito.

Em 29 de fevereiro de 2012 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Reclassificação

Para melhor apresentação do balanço patrimonial do exercício de 2010, foram reclassificados no passivo circulante a remuneração do pessoal chave registrada na rubrica de partes relacionadas para obrigações sociais e trabalhistas, no montante de R\$ 2.383, além disto foram abertas as rubricas de contas a receber partes relacionadas, no ativo circulante; contas a pagar partes relacionadas, fornecedores partes relacionadas, no passivo circulante, anteriormente apresentadas somente como partes relacionadas.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas trimestralmente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período no qual tais estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 – Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão;
- Nota 7 – Provisão para devedores duvidosos;
- Nota 9b – Impostos diferidos;
- Nota 12 – Depreciação do ativo imobilizado;
- Nota 13 – Amortização do ativo intangível;
- Nota 18 – Provisão para contingências;

Notas Explicativas

- Nota 19 – Classificação de arrendamento mercantil;
- Nota 20 – Provisão de manutenção;
- Nota 24 – Mensuração de instrumentos financeiros.

3 Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras decorrentes das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

a) *Apuração do resultado*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) *Receitas de Serviços*

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), quando a Concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a Deliberação CVM 576/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e

Notas Explicativas

tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos conforme informados na nota 24.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e bancos, clientes, outros créditos e contas a receber de partes relacionadas.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos, financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

c) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

e) Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os custos de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis, para os quais a data de início para a captação foi a data de início da concessão.

Quando parte de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

h) Ativos arrendados

- *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 19.

- *Arrendamento mercantil financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Notas Explicativas

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº. 19.

- *Determinando se um contrato contém um arrendamento*

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

i) Redução ao valor recuperável de ativos

a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Notas Explicativas

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou pela vida útil esperada do negócio, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão de manutenção – contratos de concessão:

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida

Notas Explicativas

que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixas previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Durante o exercício de 2011, o montante reconhecido como despesa com o plano de contribuição definida foi de R\$ 403 (R\$ 662 em 2010).

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas Explicativas

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos relacionados ao imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente e são reduzidos caso sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irrevogável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano base 2008).

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da administração.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir os resultados por ação.

Notas Explicativas

p) Direito de concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 (contratos de concessão), a Companhia segue a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo o passivo (divulgado na nota explicativa nº. 26) relativo às obrigações futuras de seus pagamentos ao Poder Concedente, tendo como base a linha de entendimento de ser o contrato de concessão um contrato executório. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato tanto a Concessionária quanto o poder concedente possuem o direito de rescisão, sendo que a Concessionária será indenizada pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

q) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)(R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a Concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Notas Explicativas

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

r) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do grupo CCR. As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento tendo em vista que a Administração não identificou outro segmento operacional, além de concessão de rodovias nas operações da Companhia.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme CPCs e aplicável às companhias abertas.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos de dívida

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5 Gerenciamento de risco financeiro

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Notas Explicativas

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações: (1) do IGP-M relativo às debêntures; (2) do CDI para empréstimos de capital de giro, notas promissórias e aplicações financeiras; (3) da TJLP relativo aos financiamentos em Reais. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 6, 14 e 15.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamento e debêntures.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	47.031	92.325	91.233	5.741
Debêntures e notas promissórias	1.198.352	73.333	-	-

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Notas Explicativas**6 Caixa e equivalentes de caixa**

	2011	2010
Caixa e bancos	4.843	3.661
Aplicações financeiras	<u>125.137</u>	<u>65.349</u>
	<u><u>129.980</u></u>	<u><u>69.010</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,19% do CDI, equivalente a 11,50% ao ano (9,68% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

7 Contas a receber

	2011	2010
Circulante		
Vale pedágio e cupons a receber	3.718	2.973
Ocupação da faixa de domínio e acessos	1.835	1.649
Locação de painéis publicitários	479	370
Utilização de infraestrutura	205	362
Oleodutos, gasodutos e derivados	149	149
Tarifa sobre eventos e outros	<u>120</u>	<u>602</u>
	6.506	6.105
Provisão para devedores duvidosos (a)	<u>(1.440)</u>	<u>(2.046)</u>
	<u><u>5.066</u></u>	<u><u>4.059</u></u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	2011	2010
Créditos a vencer	4.728	3.821
Créditos vencidos até 60 dias	302	208
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	36	30
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	93	53
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	190	156
Créditos vencidos há mais de 361 dias	<u>1.157</u>	<u>1.837</u>
	<u><u>6.506</u></u>	<u><u>6.105</u></u>

(a) Provisão para devedores duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia.

Notas Explicativas**8 Tributos a recuperar**

	2011	2010
COFINS	1.605	723
PIS	1.040	466
Imposto de renda retido na fonte	366	107
IR a recuperar	123	9.405
CS a recuperar	94	2.117
Outros	14	15
	<u>3.242</u>	<u>12.833</u>

9 Imposto de renda e contribuição social*a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos*

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	749.925	627.466
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(254.975)	(213.338)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivos fiscais não dedutíveis	(2.131)	(2.033)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(1.395)	(744)
Despesas com brindes e associações de classe	(297)	(224)
Despesas indedutíveis	(295)	(5)
Descontos obtidos - Lei 11.941/09	-	6.071
Reversão de juros e multa - Lei 11.941/09	-	12.472
Juros e multas indedutíveis - Lei 11.941/09	205	(25.575)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	6.373	6.157
Outros ajustes tributários	(1.033)	90
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(253.548)</u>	<u>(217.129)</u>
Impostos correntes	(237.784)	(224.004)
Impostos diferidos	(15.764)	6.875
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>35%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2011	2010
Ativo não Circulante		
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (a)	76.911	43.609
Depreciação de obras lançadas no custo (b)	31.392	25.082
Provisão de manutenção (c)	20.388	53.499
Provisão para participação nos resultados (PLR)	572	1.098
Provisão para devedores duvidosos	490	696
Provisão para despesas com taxa de manutenção de arrecadação eletrônica	449	346
Custo da transação na emissão de títulos	397	446
Provisão para perda de investimentos	297	297
Provisão para contingências	213	858
Provisão para comissões sobre empréstimos	-	3.558
Outros	274	162
	<u>131.383</u>	<u>129.651</u>
Passivo não Circulante		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(151.747)	(134.543)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(54.683)	(54.665)
Outros	(397)	(123)
	<u>(206.827)</u>	<u>(189.331)</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

- (a) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “a”, conforme práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07.

Notas Explicativas

10 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão		Extensão do prazo da concessão		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Circulante	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>				
Não Circulante	<u>66.178</u>	<u>70.904</u>	<u>458.928</u>	<u>353.728</u>	<u>525.106</u>	<u>424.632</u>

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos		
	Serviços Prestados	Aquisição de intangível	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores	Contas a pagar
Controladora					
CCR S.A - Divisão Actua (a)	23.621	-	74	1.930	-
Outras partes relacionadas					
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog (b)	29.544	-	111	2.376	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	-	-	3	-
Camargo Corrêa Investimentos e Infra-Estrutura S.A. (c)	-	-	-	3	-
Serveng - Civisan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia. (c)	-	8.543	-	1.369	-
Rodovias Integradas do Oeste S.A. (d)	-	-	9	-	-
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (e)	-	-	91.631	-	-
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>53.165</u>	<u>8.543</u>	<u>91.825</u>	<u>5.681</u>	<u>-</u>
Total, 31 de dezembro de 2010	<u>62.182</u>	<u>6.484</u>	<u>75.276</u>	<u>2.839</u>	<u>209</u>

O quadro abaixo demonstra os saldos a pagar aos profissionais chave:

Profissionais chave

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remuneração dos administradores (f)	2.369	2.383

- Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;

Notas Explicativas

- c) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia;
- d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- e) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, e aos valores de tarifas de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- f) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

Os montantes referentes às despesas (controladora e consolidado) com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	2011	2010
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.222	1.108
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	3.586	2.540
Previdência privada	158	145
Seguro de vida	4	5
	<u>4.970</u>	<u>3.798</u>

12 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2011			2010
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	13	3.859	(2.138)	1.721	1.012
Máquinas e equipamentos	15	25.662	(13.669)	11.993	8.890
Veículos	21	16.240	(10.121)	6.119	4.381
Sistemas operacionais	12	82.980	(61.445)	21.535	23.803
Imobilizado em andamento	-	48.707	-	48.707	34.530
		<u>177.448</u>	<u>(87.373)</u>	<u>90.075</u>	<u>72.616</u>

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos bens totalmente depreciados era de R\$ 27.479 (R\$ 321.828 em 31 de dezembro de 2010).

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

Notas Explicativas**Movimentação do custo**

	2010	2011			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	3.012	66	(158)	939	3.859
Máquinas e equipamentos	20.359	387	(776)	5.692	25.662
Veículos	14.419	381	(1.082)	2.522	16.240
Sistemas operacionais	77.919	598	(2.390)	6.853	82.980
Imobilizado em andamento	34.530	28.493	(10)	(14.306)	48.707
	150.239	29.925	(4.416)	1.700	177.448

(a) Reclassificações do ativo intangível para o ativo imobilizado.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação:

- Serviço de remanejamento da rede de fibra óptica;
- Serviço rede de dutos;
- Multiplexador para informática.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 4.159 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 3.475 em 31 de dezembro de 2010).

Movimentação da depreciação

	2010	2011			Depreciação
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	(2.000)	(257)	119	-	(2.138)
Máquinas e equipamentos	(11.469)	(2.840)	637	3	(13.669)
Veículos	(10.038)	(1.169)	1.086	-	(10.121)
Sistemas operacionais	(54.116)	(9.419)	2.093	(3)	(61.445)
	(77.623)	(13.685)	3.935	-	(87.373)

13 Ativos intangíveis

	Taxa anual de amortização - %	2011			2010
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(*)	2.196.615	(446.995)	1.749.620	1.910.705
Direitos de uso de sistemas informatizados	19	4.344	(3.097)	1.247	477
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	4.218	(1.445)	2.773	775
		2.205.177	(451.537)	1.753.640	1.911.957

Notas Explicativas**Movimentação do custo**

	2010		2011			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Ressarcimento de obras (**)	
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	2.293.886	68.089	(2.182)	(5.190)	(157.988)	2.196.615
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.287	-	(1)	1.058	-	4.344
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.785	1	-	2.432	-	4.218
	<u>2.298.958</u>	<u>68.090</u>	<u>(2.183)</u>	<u>(1.700)</u>	<u>(157.988)</u>	<u>2.205.177</u>

Movimentação da amortização

	2010		2011	
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(383.181)	(64.421)	607	(446.995)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(2.810)	(287)	-	(3.097)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.010)	(435)	-	(1.445)
	<u>(387.001)</u>	<u>(65.143)</u>	<u>607</u>	<u>(451.537)</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(**) Refere-se parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizados pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 24.

(a) Reclassificações do ativo intangível para o ativo imobilizado.

(b) Do montante de R\$ 2.196.615 em 31 de dezembro de 2011, R\$ 27.090 refere-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários. As principais obras de melhorias em andamento em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

- SP-330/SP-348 Obras civis para melhoria do sistema de arrecadação;
- SP-330 Implantação de terceiras faixas km 18 ao 25;
- SP-330 Projeto executivo para implantação de marginais – Complexo Anhanguera – 1ª etapa – 2ª fase;
- Recuperação de Obras-de-Arte-Especiais;
- Correção de taludes e sistemas de drenagem; e
- Melhorias em Paradas de Ônibus ao longo das rodovias.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 2.460 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 33.854 em 31 de dezembro de 2010). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 0,77% a.m. durante o exercício de 2011 (em média, 0,92% a.m. durante o exercício de 2010).

Notas Explicativas**14 Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil**

Em moeda nacional	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos de transação a apropriar	Vencimento final	2011	2010
1. BNDES - FINEM I	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2012	-	14.940 (b)
1. BNDES - FINEM II - Repasse	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2012	-	17.928 (b)
2. BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0531% (a)	535	267	Fevereiro de 2017	213.351	249.268 (c)
2. BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	20.143	- (c)
3. Bradesco S.A. (Finame)	TJLP + 1% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2014	463	656 (d)
4. Banco Alfa S.A. (Arrendamento mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	1.335	1.954 (d)
4. Itaú Leasing S/A. (Arrendamento mercantil)	1,2321% a.m.	N/I	-	-	Mai de 2014	56	- (d)
4. Bradesco S/A. (Arrendamento mercantil)	1,14% a.m.	N/I	-	-	Novembro de 2014	715	- (d)
Total						236.063	284.746
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil						47.030	68.013
Custo de transação						(94)	(147)
Total						46.936	67.866
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil						189.299	217.139
Custo de transação						(172)	(259)
Total						189.127	216.880

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) O custo efetivo desta transação refere-se ao custo incorrido na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data da transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo da transação. Esse método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1).

Garantias:

(b) Penhor de 45% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.

(c) Fiança bancária.

(d) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2011
2013	46.450
2014	45.875
2015	45.554
2016	45.679
Após 2016	5.741
Total	189.299

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo as indexações da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Notas Explicativas

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1. Em 15 de julho de 2011, a controlada liquidou antecipadamente, por decisão da administração, os contratos de FINEM com vencimento original em janeiro de 2012.
2. Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, os quais foram liberados em seis parcelas, entre os anos de 2009 e 2011, sendo que em 25 de novembro de 2011 foi liberada a última parcela, no valor de R\$ 20.397.

O principal está sendo amortizado em 72 parcelas mensais, de 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017.

Os juros de 2,12% a.a. sobre o principal mais a TJLP, foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011 e a partir de 15 de março de 2011 estão sendo pagos mensalmente. A última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

3. Em 14 de outubro de 2011, foi contratada fiança bancária junto ao Banco Bradesco S.A., a fim de substituir as garantias do contrato (ações, recebíveis, conta caução, indenização) e liberar as cláusulas restritivas. Em 24 de novembro de 2011 foi formalizada a fiança bancária como garantia do contrato.
4. Ao longo do ano de 2010, a Companhia firmou oito contratos de arrendamento mercantil financeiro no valor total de R\$ 2.196, junto ao Banco Alfa S.A. com vencimentos finais em Outubro de 2013. Os encargos financeiros destes contratos são CDI mais 1,5% a.a.

Em 12 de junho de 2011, a Companhia firmou o contrato de arrendamento mercantil financeiro com Banco Itaú Leasing S.A., no montante de R\$ 66 com pagamento de principal em 36 parcelas mensais e com vencimento em 21 de julho de 2014. A taxa de juros é de 1,23% a.m.

Em 9 de novembro de 2011, a Companhia firmou o contrato de arrendamento mercantil financeiro com Bradesco Leasing S.A., no montante de R\$ 705 com pagamento de principal em 36 parcelas mensais e com vencimento em 24 de novembro de 2014. A taxa de juros é de 1,14% a.m.

Notas Explicativas**15 Debêntures e notas promissórias**

	Taxas Contratuais % a.a.	Custo efetivo % a.a.	Custos de transação incorridos	Saldo de custos de transação a apropriar	Vencimento final	2011	2010	
1. 1a Emissão - Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	131	Abril de 2014	74.035	93.847	(c)
1. 1a Emissão - Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	0,1636% (a)	877	104	Outubro de 2013	56.255	80.237	(c)
1. 1a Emissão - Série 3	103,3% do CDI	0,1846% (b)	2.809	30	Abril de 2012	46.736	138.310	(c)
2. 2a Emissão - Série única	108% do CDI	0,2114% (b)	662	206	Setembro de 2012	133.805	140.129	(d)
3. 3a Emissão - Série única	106,5% do CDI	0,1021% (b)	83	-	Dezembro de 2011	-	75.880	(d)
4. Itaú Unibanco S.A. (Notas promissórias)	CDI + 106,50%	0,0805% (b)	40	-	Novembro de 2011	-	50.479	(d)
4. Itaú BBA S.A. (Notas promissórias)	CDI + 105,50%	0,0559% (b)	562	518	Novembro de 2012	959.865	-	(d)
Total						<u>1.270.696</u>	<u>578.882</u>	
Circulante								
Debêntures e notas promissórias						1.198.352	286.840	
Custo da transação						<u>(898)</u>	<u>(727)</u>	
Total						<u>1.197.454</u>	<u>286.113</u>	
Não circulante								
Debêntures						73.333	293.240	
Custo da transação						<u>(91)</u>	<u>(471)</u>	
Total						<u>73.242</u>	<u>292.769</u>	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

(c) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.

(d) Não existem garantias.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1).

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2011
2013	50.415
2014	<u>22.918</u>
Total	<u>73.333</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Notas Explicativas

1. Em 1º de abril de 2006, foram emitidas 51.000 (cinquenta e uma mil) debêntures nominativas escriturais, da 1ª emissão, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo 9.800 (nove mil e oitocentas) para a 1ª e 2ª séries e 31.400 (trinta e uma mil e quatrocentas) para a 3ª série. O valor nominal total da emissão foi de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, por R\$ 533.883.

As debêntures da 1ª e 2ª séries são atualizadas pelo IGP-M e tem juros de 10,65% a.a. sobre o valor nominal atualizado. As da 3ª série são remuneradas a 103,3% do CDI a.a.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série: A amortização do principal está sendo efetuada em seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e de 2014 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2014.
- Segunda série: A amortização do principal está sendo realizada em cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e de 2013 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de outubro de 2007 e de 2013.
- Terceira série: A amortização do principal está sendo realizada em sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e de 2012 e o pagamento dos juros, semestralmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2012.

Como garantia da emissão das debêntures, a investida está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da investida contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a investida contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao agente fiduciário.

2. Em 25 de março de 2010, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 130 (cento e trinta) debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal total de R\$ 130.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de abril de 2010, pelo mesmo montante.

As debêntures são remuneradas a 108% do CDI, sendo os juros pagos semestralmente, entre 24 de março de 2011 e 25 de setembro de 2012. A amortização do principal será em parcela única em 25 de setembro de 2012.

As debêntures podem ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora. Caso o resgate antecipado ocorra até o final do 12º mês após a data de emissão, o valor do resgate será acrescido de prêmio de 0,5%.

3. Em dezembro de 2011, foi liquidada a última parcela das debêntures da 3ª emissão.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

Notas Explicativas

4. Em 24 de novembro de 2011, foram liquidados os contratos de notas promissórias junto ao HSBC Bank S/A.
5. Em 25 de novembro de 2011, a Companhia realizou a 2ª emissão de notas promissórias, emitindo 380 notas promissórias, série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 950.000.

As notas promissórias não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração será baseada na variação acumulada de 105,5% do CDI a.a.

O valor nominal das notas promissórias e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: uma única parcela na data de vencimento do contrato em 19 de novembro de 2012;
- Juros: em uma única parcela na data de seu vencimento.

As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

16 Fornecedores

	2011	2010
Fornecedores e Prestadores de Serviços Nacionais (a)	24.262	31.673
Fornecedores e Prestadores de Serviços Estrangeiros (a)	23	-
Cauções e Retenções Contratuais (b)	<u>12.113</u>	<u>17.607</u>
	<u><u>36.398</u></u>	<u><u>49.280</u></u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, é retido 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Notas Explicativas**17 Obrigações fiscais****a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher**

	2011	2010
Circulante		
Imposto de Renda e Contribuição Social	18.463	19.071
ISS	7.655	6.928
COFINS	4.158	3.714
PIS	901	805
INSS retido na fonte	1.745	1.131
PIS, COFINS e CSLL retidos	493	329
Outros	194	143
	<u>33.609</u>	<u>32.121</u>

b. Impostos e contribuições parcelados

	2010		2011			
	Saldo Inicial		Atualizações	Pagamentos	Transferências	Total
Circulante						
IRPJ	18.419		1.288	-	(19.707)	-
CSLL	7.070		495	-	(7.565)	-
PIS	1.387		2.910	(1.076)	(3.221)	-
COFINS	2.027		490	(1.586)	(931)	-
IRRF	19		1	-	(20)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	-		2.787	(20.520)	52.098	34.365
Total	<u>28.922</u>		<u>7.971</u>	<u>(23.182)</u>	<u>20.654</u>	<u>34.365</u>
Não circulante						
IRPJ	257.870		10.364	-	(268.234)	-
CSLL	98.982		3.978	-	(102.960)	-
PIS	1.475		4.576	-	(6.051)	-
COFINS	2.477		54	-	(2.531)	-
IRRF	241		8	-	(249)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	-		15.191	-	359.371	374.562
Total	<u>361.045</u>		<u>34.171</u>	<u>-</u>	<u>(20.654)</u>	<u>374.562</u>

(1) Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 começaram a ser pagos a partir de junho de 2011 de acordo com o processo de consolidação da Receita Federal do Brasil ocorrido em 17 de junho de 2011, em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa Selic.

Notas Explicativas

18 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>2010</u>	<u>2011</u>		
	Saldo inicial	Constituição de provisão	Pagamento	Total
Não circulante				
Cíveis	863	601	(1.196)	268
Trabalhistas e previdenciárias	<u>1.661</u>	<u>1.603</u>	<u>(2.907)</u>	<u>357</u>
	<u>2.524</u>	<u>2.204</u>	<u>(4.103)</u>	<u>625</u>

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Cíveis	16.557	7.617
Trabalhistas e previdenciárias	4.018	4.012
Tributárias	<u>23.828</u>	<u>22.171</u>
	<u>44.403</u>	<u>33.800</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 90.508 para os processos em andamento.

Autuação da Companhia por parte da Receita Federal do Brasil

No 1º trimestre de 2010, após fiscalização da Receita Federal do Brasil, a Companhia reconheceu débitos de IRPJ e CSLL decorrentes de diferenças temporárias relativas a divergências entre o tratamento fiscal e o contábil aplicável à parcela fixa do direito de outorga da concessão, no período compreendido entre 2004 e 2009.

Os valores dos débitos referentes a 2004 a 2008, com os respectivos acréscimos, já estão registrados nas demonstrações financeiras e foram tempestivamente incluídos no programa de descontos e parcelamento de débitos previsto na Lei nº 11.941/09. O processo de consolidação do parcelamento já foi regulamentado e iniciado em junho de 2011. Remanesce apenas uma divergência restrita à cobrança da chamada “multa isolada” entre os anos-base 2004 a 2007, período no qual foi formalizado um lançamento por parte da Receita Federal do Brasil. Especificamente em relação a essa divergência, a Companhia apresentou sua defesa administrativa, a qual aguarda julgamento. Os assessores legais da

Notas Explicativas

Companhia, classificam a multa referente aos exercícios de 2004 à 2006 como risco de perda remoto; já a multa aplicada em 2007 foi avaliada como risco de perda possível.

19 Arrendamento mercantil

- **Operacional**

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	<u>Pagamentos futuros mínimos</u>	
	2011	2010
Até um ano	48	1.049
Acima de um ano e até cinco anos	-	48

A Companhia opera com 10 veículos de frota (67 em 31 de dezembro de 2010) com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu as despesas com operações de arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 1.165 em 31 de dezembro 2011 (R\$ 2.048 em 31 de dezembro de 2010).

- **Financeiro**

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 2.318 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado – valor líquido

	2011	2010
Veículos	1.812	1.739

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 226 e R\$ 403 relativos à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>
Até um ano	1.466	1.155	802	734
Acima de um ano e até cinco anos	1.309	951	1.229	1.220

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

Notas Explicativas**20 Provisão de manutenção**

	2010		2011			Total
	Saldo inicial	Constituição (reversão) de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	
Circulante						
Provisão de manutenção	106.875	39.386	11.323	(126.537)	28.919	59.966
Não circulante						
Provisão de manutenção	50.473	(27.987)	6.433	-	(28.919)	-

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% a.a.
- Projetos com início de provisão até 2010: 12,34% a.a.
- Projetos com início de provisão a partir de 2011: 12,62% a.a.

Em 31 de dezembro de 2011 o montante provisionado corresponde a R\$ 69.066 do valor nominal das projeções de gastos (R\$ 202.540 em 31 de dezembro de 2010).

21 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social é representado por 175.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Não houve movimentação das ações durante o exercício de 2011.

Em 30 de abril de 2010, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia aumentou o seu capital social sem efeito na quantidade de ações, em R\$ 28.000, mediante capitalização da reserva de retenção de lucros.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social atingido em 2011.

- *Reserva de retenção de lucros*

É constituída para aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

Notas Explicativas**c. Dividendos**

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76), considerando como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado.

Em 02 de maio de 2011, a Companhia distribuiu o montante de R\$ 98.000, referente à parte dos dividendos propostos de acordo com a ata de Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2011.

Na data de 30 de novembro de 2011, foram distribuídos aos acionistas o restante dos dividendos propostos no montante de R\$ 275.874, correspondente a R\$ 1,58 por ação, R\$ 197.399 à conta de reserva de retenção de lucros e R\$ 342.476 a título de antecipação de dividendos sob o resultado do exercício de 2011.

Lucro líquido do exercício	496.377
(-) Reserva legal	<u>-</u>
Base de cálculo	496.377
(-) Dividendos intermediários	(342.476)
(-) Reserva de retenção de lucro	<u>(153.901)</u>
Dividendos adicionais propostos	<u><u>-</u></u>

d. Lucro por ação básico e diluído

Conforme requerido pelo CPC 41 – Lucro por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo, o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

(Em milhares, exceto ações e lucro por ação)	2011	2010
Numerador		
Lucro líquido disponível	496.377	410.337
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	175.000.000	175.000.000
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	<u><u>2,84</u></u>	<u><u>2,34</u></u>

Notas Explicativas**22 Receitas**

	2011	2010
Receita de pedágio	1.522.836	1.370.905
Receitas de construção	60.950	333.065
Receitas acessórias	20.794	19.820
Receita bruta	<u>1.604.580</u>	<u>1.723.790</u>

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	2011	2010
Receitas brutas	1.604.580	1.723.790
Menos:		
Impostos sobre receitas	(118.240)	(106.201)
Ganhos na arrecadação	474	721
Total das receitas	<u>1.486.814</u>	<u>1.618.310</u>

23 Resultados financeiros

	2011	2010
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, notas promissórias, debêntures e arrendamento mercantil	(91.611)	(74.614)
Juros sobre impostos parcelados	(40.267)	(31.647)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(17.754)	(29.402)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(8.820)	(13.797)
Variação monetária sobre debêntures	(8.179)	(19.183)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(742)	(132)
Juros e multas sobre obrigações fiscais - Lei 11.941/09	-	(24.800)
Capitalização de custos dos empréstimos	6.619	37.329
	<u>(160.754)</u>	<u>(156.246)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	12.319	9.146
Variação monetária sobre debêntures	506	-
Juros e outras receitas financeiras	316	1.819
Descontos obtidos	113	17.881
	<u>13.254</u>	<u>28.846</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(147.500)</u>	<u>(127.400)</u>

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia permite a contratação de instrumentos derivativos unicamente com o objetivo de proteção das flutuações do câmbio, taxa de juros e índices de inflação, e é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não usa instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2011				2010			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Caixa e bancos	-	4.843	-	4.843	-	3.661	-	3.661
Aplicações financeiras	125.137	-	-	125.137	65.349	-	-	65.349
Contas a receber de clientes	-	5.066	-	5.066	-	4.059	-	4.059
Contas a receber - Partes relacionadas	-	91.825	-	91.825	-	75.276	-	75.276
Passivos								
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(236.329)	(236.329)	-	-	(285.152)	(285.152)
Debêntures e notas promissórias	-	-	(1.271.685)	(1.271.685)	-	-	(580.080)	(580.080)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(58.700)	(58.700)	-	-	(61.715)	(61.715)
Fornecedores - Partes relacionadas	-	-	(5.681)	(5.681)	-	-	(2.839)	(2.839)
Contas a pagar - Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	(209)	(209)
Total	125.137	101.734	(1.572.395)	(1.345.524)	65.349	82.996	(929.995)	(781.650)

(a) Valores brutos dos custos de transação

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;

Notas Explicativas

- **Caixa e bancos, contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas** - São classificadas como empréstimos e recebíveis e mensuradas pelo método do custo amortizado;
- **Arrendamento mercantil, fornecedores, fornecedores partes relacionadas, contas a pagar partes relacionadas e outras contas a pagar** – Estão registrados pelo método do custo amortizado;
- **Nota Promissória e Debêntures** – São classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos os saldos apurados seriam os seguintes:

	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	311.302	319.086	529.601	532.093
Notas Promissórias (*)	960.383	964.796	50.515	51.364

(*) Valores brutos dos custos de transação

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&F mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

- **Empréstimos e Financiamentos** – São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo. Conforme descrito na nota explicativa nº. 14.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 125.137 em 31 de dezembro de 2011, R\$ 65.349 em 31 de dezembro de 2010.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2012. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um

Notas Explicativas

período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Empréstimos do BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

Abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas:

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3)	Efeito no resultado em R\$		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IGP-M	Outubro de 2013	56.359	(8.921)	(11.055)	(11.828)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Abril de 2014	74.165	(16.549)	(17.514)	(18.479)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2012	180.778	(12.772)	(15.914)	(19.037)
Notas Promissórias	Aumento do CDI	Novembro de 2012	960.384	(96.664)	(120.723)	(144.741)
Total do efeito de perda				(134.906)	(165.206)	(194.085)

As taxas de juros consideradas foram:

CDI (1)	10,87%	13,59%	16,31%
IGP-M (2)	5,10%	6,37%	7,65%

Abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(1) Refere-se a taxa de 30/12/2011, divulgada pela CETIP.

(2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/12/2011 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Notas Explicativas

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia foram resumidas conforme abaixo:

- Riscos de Engenharia – Ampliação e melhoramentos, cobertura por obra – R\$ 68.646;
- Risco de Engenharia – Conservação e manutenção – R\$ 25.000;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 71.000;
- Responsabilidade Civil – R\$ 82.500;
- Perda de receita – R\$ 142.545.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 362.367, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 177.000 (R\$ 1.000 por veículo), para danos morais de R\$ 17.700 (R\$ 100 por veículo), para equipamentos R\$ 96 (R\$ 2 por veículo) e para acessórios R\$ 125 (R\$ 2,60 por veículo).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	2011	2010	2011	2010
Outorga fixa a pagar	1.582.064	1.743.069	1.358.213	1.462.352

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Notas Explicativas

Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2011 estavam assim distribuídos:

	Valor Nominal	Valor Presente
2012	249.800	243.308
2013	249.800	231.722
2014	249.800	220.688
2015	249.800	210.179
2016	249.800	200.170
Após 2016	<u>333.064</u>	<u>252.146</u>
	<u>1.582.064</u>	<u>1.358.213</u>

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 199.649 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 100.295 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia reteve 16 (dezesesseis) parcelas de ônus fixo relativas ao período de novembro de 2009 a fevereiro de 2011 e está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n°. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas pela Companhia.

b) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 4.153 (R\$ 22.556 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia reteve 06 (seis) parcelas de ônus variável (DER – Departamento de Estradas de Rodagem) no montante de R\$ 18.854 relativas ao período de novembro de 2009 a abril de 2010, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n°. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas pela Companhia. No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 35.423 referente ao direito de outorga variável (R\$ 25.162 em 31 de dezembro de 2010).

c) Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2011, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 1.079.719 (R\$ 1.026.249 em 31 de dezembro de 2010), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo n°. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio-financeiro do contrato,

Notas Explicativas

uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

27 Eventos subsequentes

- **Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio**

Em 05 de janeiro de 2012, a Companhia divulgou Fato Relevante ao mercado, informando que foi celebrado o termo aditivo modificativo (TAM) nº 25/2011 ao Contrato de Concessão entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (Poder Concedente) e a Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. - Contrato de Concessão nº 005/CR/98.

O referido TAM têm como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, de Índice Geral de Preço de Mercado (IGP-M) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da Concessionária ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Concessionária, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano, a periodicidade do reequilíbrio.

- **Procedimentos administrativos ARTESP**

Em fevereiro de 2012 foi recebida pela Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBA), solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo modificativo nº 16/06 de 21/12/06.



Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.

Av. Prof. Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, 200

Bairro do Retiro - 13209 500 - Jundiaí - SP

tel / fax: 55 (11) 4589 4000

www.grupoccr.com.br/autoban

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2012

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei 6404/76 e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução Normativa da CVM nº 480/09, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada oportunamente, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício de 2012, no valor de **R\$ 196.266.000,00** (Cento e noventa e seis milhões, duzentos e sessenta e seis mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada nesta data.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 196.266.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia	R\$ 196.266.000,00
---	---------------------------

Origens / Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2011	R\$ 153.900.837,45
--	---------------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 42.365.162,55
--	--------------------------

Jundiaí, 29 de fevereiro de 2012.

RENATO ALVES VALE
Presidente do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho da Administração e Acionistas da

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido em 29 de fevereiro de 2012 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Jundiaí, 29 de fevereiro de 2012.

MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente

ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido em 29 de fevereiro de 2012 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Jundiaí, 29 de fevereiro de 2012.

MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente

ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Abertura de contas no Patrimônio Líquido